



Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

Plano de Negócios- 2024

Plano de Negócios da CAR

Apresentação

O documento Plano de negócios da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) apresenta, de forma sucinta, uma reflexão sobre a experiência acumulada pela Empresa na promoção do desenvolvimento rural sustentável apontando para o futuro dos investimentos em desenvolvimento regional na Bahia. Através desse histórico é possível apontar os desafios e perspectivas para continuidade, ampliação e qualificação das ações que serão desenvolvidas no médio prazo.

Com base no estudo da experiência acumulada pela CAR nos últimos anos e os resultados alcançados na aplicação de um valor considerável de recursos financeiros na implantação de infraestrutura rural, fornecimento de serviços, implantação de unidades agroindustriais e na formação e fortalecimento de capacidades individuais e coletivas de agricultores familiares, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras populações e comunidades tradicionais do campo, apontam caminhos orientadores para os próximos anos onde a CAR deverá focar suas ações e orçamento.

O documento Plano de negócios pretende, única e exclusivamente, apontar caminhos que deverão ser trilhados para a ampliação e qualificação da contribuição dada pela CAR desde início de sua existência aos dias atuais. O detalhamento das ações deverá acontecer num Planejamento Estratégico a ser elaborado posteriormente em conformidade com as previstas no plano plurianual do governo na gestão 2024~2027.

1. Contexto institucional

1.1. Base legal

Instituída pela Lei Delegada nº 30 de 03 de março de 1983, a Companhia de Desenvolvimento e ação Regional (CAR) foi criada como empresa pública, com capital exclusivo do Estado, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio.

1.2. Vinculação

1983 • Na ocasião de sua Criação, a CAR esteve vinculada à Seplantec (Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia), atual Secretaria de Planejamento.

1987 • Deslocou-se para a então Secretaria Extraordinária para Reforma Agrária e Cooperativismo com a função de elaborar diversas atividades, entre elas a de coordenar e executar o Programa Regional de Reforma Agrária para a Bahia.

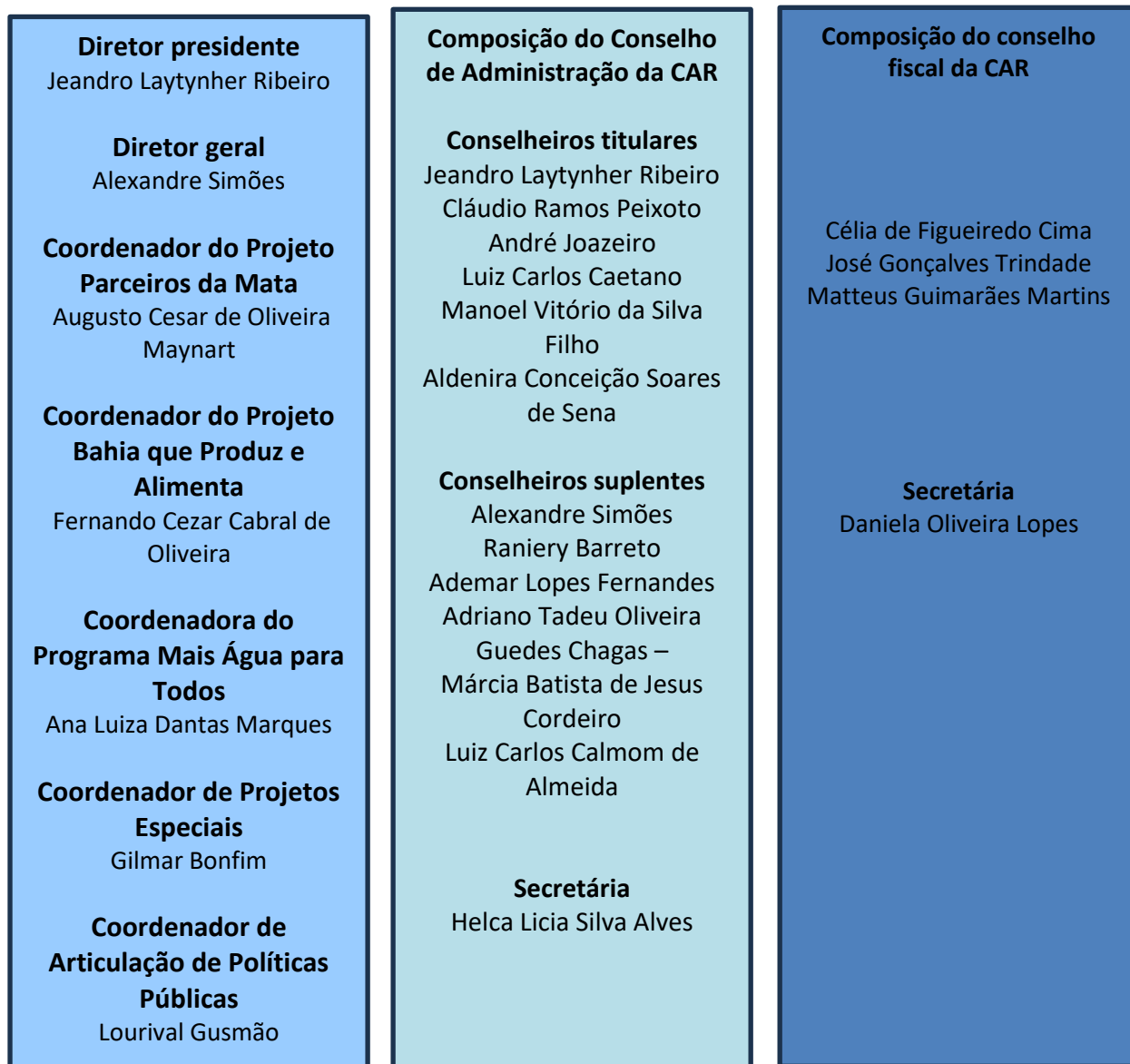
1988 • Passou a integrar a recém-criada Secretaria de Reforma Agrária, Recursos Hídricos e Irrigação, com o objetivo de implementar o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP).

1991 • Na década de 1990, a CAR voltou a se vincular à Seplantec. Nesta oportunidade, atuou com protagonismo em diversos programas estaduais tais como Programa para o Desenvolvimento Urbano (Produr), Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)/ Produzir, projeto Cédula da Terra, Projeto Pró-Gavião, programas Cabra Forte e o Terra Fértil.

2007 • Por coordenar e promover a execução das políticas públicas, projetos e programas integrados de desenvolvimento municipal e regional do estado, a CAR passou a formar a base para a operação da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir).

2015 • A CAR passou a ser vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e a executar importantes projetos de desenvolvimento rural, a exemplo do Bahia Produtiva e Pró-Semiárido, os maiores projetos de desenvolvimento rural que a Bahia já teve.

1.3. Organograma da CAR



1.4. Missão e valores

FOCO: combate à pobreza, inclusão socioprodutiva, qualidade de vida e sustentabilidade.

MISSÃO: promover o desenvolvimento regional por meio da inclusão socioprodutiva, contribuindo para o combate à pobreza.

VISÃO: empresa pública de excelência na gestão democrática e efetividade das ações de desenvolvimento regional e valorização humana

1.5. Atribuições

De acordo com o artigo segundo da lei delegada que a constituiu, a CAR tem por finalidade coordenar e promover a execução da política e programas integrados de desenvolvimento regional do Estado, competindo-lhe:

- I- coordenar e promover a execução de programas de desenvolvimento regional;
- II- articular-se, sistematicamente, com os órgãos programadores e executores da política estadual e federal de desenvolvimento regional urbano e de proteção ambiental, visando à consecução de sua finalidade;
- III - acompanhar e avaliar a execução da política e programas de desenvolvimento regional do Estado, no sentido de assegurar a sua eficiência e resultados;
- IV - elaborar estudos e projetos de apoio aos programas de desenvolvimento regional;
- V- identificar fontes de financiamento, internas ou externas, destinadas aos programas de desenvolvimento regional, promovendo os meios necessários à obtenção dos recursos correspondentes;
- VI - executar, subsidiariamente, obras e serviços de infraestrutura econômica e social necessários aos programas de desenvolvimento regional;
- VII - adquirir e vender bens e serviços, praticando os atos de comércio indispensáveis à execução dos programas de desenvolvimento regional;
- VIII - prestar apoio, na sua área de atuação, a cooperativas, núcleos de colonização, associações e organizações de produtores;
- IX- opinar, quanto ao mérito, em projetos de alienação excepcional de terras públicas do Estado da Bahia;
- X- promover a efetivação de desapropriações necessárias à consecução de sua finalidade;

1.6. Programas e projetos de atuação da CAR



2. Bases para o desenvolvimento e os grandes desafios

A agricultura familiar baseada em pequenas propriedades e baixa produtividade é um traço básico da economia rural baiana. Apesar do impacto sobre a produtividade dos eventos relacionados ao clima, os agricultores familiares vêm-se, aos poucos, mostrando capacidade em adotar alternativas e novas tecnologias, de forma a aumentar a produtividade e reduzir a vulnerabilidade.

O acesso à terra é uma outra preocupação entre muitos dos pequenos proprietários, que cultivam terras menores do que o necessário para alcançar a viabilidade produtiva. Além disso, a disponibilidade de serviços de extensão rural e de serviços financeiros ainda são limitados frente à demanda, e o acesso a mercados ainda é um grande desafio a ser superado.

O surgimento e consolidação de organizações sociais e produtivas vem se ampliando, significando que os agricultores/as familiares estão ampliando sua capacidade organizativa coletiva, de forma a melhorar e ampliar a produção de alimentos e a sua posição no mercado dentro das principais cadeias de valor. Aumentar a produtividade e a integração ao mercado dos produtos da agricultura familiar revela-se uma estratégia crucial para reduzir a pobreza rural na Bahia.

As mulheres e os jovens realizam contribuições importantes na Agricultura Familiar, mas o seu trabalho fica frequentemente sem ser remunerado ou ainda são sub-representados nas organizações produtivas. Em todo o estado da Bahia as mulheres ficam atrás dos homens quanto à sua participação oficial na força de trabalho rural, com apenas 58,5% delas participando, em comparação com 82,8% dos homens.

Adicionalmente, as mulheres têm uma probabilidade muito menor do que os homens de ter o seu trabalho pago, ganhando em média menos R\$ 0,74 por cada R\$ 1,00 recebido pelos homens. Ainda, entre os trabalhadores que fazem parte de cooperativas agrícolas, as mulheres são minoria (37,1%) em comparação com os trabalhadores do sexo masculino (62,9%).

A pobreza entre as famílias chefiadas por mulheres (13,0%) tem sido mais alta do que entre as que o chefe é homem (11,0%). A participação dos jovens na força de trabalho em geral é ligeiramente mais alta no estado da Bahia (22,2%), se comparada à média brasileira (20,7%). Por outro lado, muitos deles não encontram oportunidades

econômicas nas áreas rurais, o que resulta em migração.

Ainda que, por um lado, tenha melhorado o acesso à políticas públicas de infraestrutura essencial para o aprimoramento das condições de vida, continua a haver escassez de serviços nas áreas rurais. No ano de 2010, apenas 38,9% das habitações rurais estavam conectadas à rede estadual de abastecimento de água. Não apenas são os pobres da área rural afetados de modo mais desproporcional pela falta de acesso a recursos hídricos confiáveis, mas, também, somente 6,9% da população rural da Bahia tem acesso a sistemas adequados de esgoto.

Expandir a cobertura dos serviços de abastecimento de água e saneamento e melhorar a gestão desses serviços nas áreas rurais constituem-se em prioridades do Governo do Estado. Como exemplo desta priorização, de 2007 a 2022, as ações do governo trouxeram acesso à água para mais de três milhões de pessoas em 388 municípios, nas áreas tanto urbanas quanto rurais, além de serviços de esgoto para mais de um milhão de pessoas em 238 municípios. Durante o mesmo período, o número de famílias com acesso à água potável aumentou de 2,9 para 3,8 milhões (88% do número total de famílias).

Ainda assim, existe uma grande demanda não atendida pela implementação de novos sistemas de abastecimento de água nas áreas rurais. Além dos investimentos em infraestrutura de água e esgoto, permanece o desafio de encontrar modelos de gestão que possam assegurar a sustentabilidade econômica e financeira desses sistemas de abastecimento nas áreas rurais.

Considerando o importante histórico de desenvolvimento de ações, projetos e programas voltados para o estímulo ao desenvolvimento rural, fomento a agroindustrialização, acesso a mercado e serviços básicos a exemplo dos projetos de geração de renda, houve melhoria das condições de vida, como resultado dos investimentos em infraestrutura.

Contudo, as avaliações enfatizam que deverá haver nos próximos anos maior atenção aos procedimentos de vinculação entre produtores e mercados, identificando oportunidades nas cadeias de valor existentes como base para as decisões referentes aos investimentos e de garantir que os investimentos específicos estejam também alinhados às prioridades de desenvolvimento territorial.

Para o futuro, as ações de promoção do desenvolvimento rural sustentável, com atenção para a agricultura familiar e outros povos e comunidades rurais deverá estar focada na produção baseada nas necessidades locais, para investimentos determinados pelo mercado feitos pelos produtores organizados. Com isso, se conseguirá aumentar a produtividade e a integração ao mercado, com base em oportunidades identificadas através da análise da cadeia de valor produtiva e em estratégias de desenvolvimento territorial para os segmentos de organizações de pequenos produtores que possuam a capacidade e as habilidades para avançar em direção a uma maior integração com o mercado.

Necessário, também, se buscar respostas para as famílias mais pobres e menos organizadas, que ainda lutam por sua segurança alimentar e que não possuem o nível de organização e nem as capacidades técnicas e gerenciais que lhes possibilite aproveitar as novas oportunidades oferecidas pelo mercado. Para esse segmento da população, deverá ocorrer financiamento em investimentos que melhorem as condições sociais e ambientais básicas das comunidades vulneráveis, de forma a melhorar as suas condições

de vida e a ajudar a criar a capacidade para integração futura às cadeias produtivas de valor, como parte dos planos de desenvolvimento territorial do estado.

A Companhia de Desenvolvimento e Integração Regional (CAR) possui capacidade institucional desenvolvida através de mais de quatro décadas de existência, desenvolvida na execução de inúmeros projetos e ações. A CAR, que hoje está vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (SDR), desenvolveu experiência substancial com a implementação de operações financiadas por organismos internacionais e outras parcerias com órgãos públicos federados.

Os desafios futuros devem estar centrados, ainda, na redução da pobreza e de expansão da prosperidade compartilhada. Contribuir com agricultores familiares e outras populações rurais a aumentarem a sua renda, desenvolvendo a sua capacidade para responder às oportunidades de mercado e integrar-se às cadeias de valor produtivas. Isso é possível com impulsos na capacidade de crescimento com a geração de empregos e renda, principalmente nas regiões mais pobres da Bahia.

É necessário aprimorar ainda mais o manejo sustentável dos recursos naturais, aumentar a resiliência aos choques climáticos, maximizando ao mesmo tempo as contribuições para o desenvolvimento econômico local e ajudando a atender a crescente demanda global por alimentos. Complementarmente é necessário melhorar a qualidade dos serviços públicos para famílias de baixa renda e expandir a sua prestação através de canais públicos e privados.

Todas essas ações devem dialogar, mais concretamente, com a:

- a) Elevação da produtividade agrícola e a sua resiliência;
- b) Vinculação de agricultores/as familiares aos mercados e fortalecendo as cadeias de valor, para ajudar a elevar as rendas e a reduzir a volatilidade geral dos preços para a agricultura;
- c) Reduzir a desigualdade de gênero no acesso a recursos e a oportunidades, ligando uma melhor agricultura à nutrição e à segurança alimentar, reduzindo riscos e vulnerabilidades e expandindo os serviços ambientais e a sustentabilidade.

As perspectivas de promoção do desenvolvimento rural, ainda mesmo neste Século XXI, precisa manter seu compromisso com a erradicação da pobreza extrema promovendo a inclusão no processo produtivo e o acesso universal a infraestrutura básica. Tendo como princípio a multidimensionalidade do desenvolvimento rural sustentável através de uma ampla e permanente articulação institucional visando a transformação da realidade, a ação da CAR até deverá se alinhar, ainda, com outras políticas, programas e projetos desenvolvidos pelo Governo da Bahia e constantes nos Planos Plurianuais (PPA).

3. Desafios para o Desenvolvimento Rural

O desenvolvimento rural sustentável se impõe como um desafio estratégico na Bahia, tanto pela importância do rural para o estado, quanto o esforço em se ampliar o olhar sobre este lugar, buscando articular suas diferentes dimensões.

O conceito de rural ultrapassa as definições obsoletas que o tratam como o resíduo do urbano e o resumem a uma de suas dimensões, no caso a dimensão setorial, ao associá-lo ao setor agrícola (FAVARETO, 2010). Para Favareto (2010; 2018) a visão restrita do

rural, cujo foco é somente uma de suas dimensões, impede a adoção de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento rural. Por isso, é preciso compreendê-lo enquanto uma complexidade que envolve outras dimensões.

De acordo com Silva (1997) o espaço rural vem passando por profundas transformações, quer seja no avanço da modernização agrícola, quer no avanço de novas atividades no seu interior. Para o autor, observa-se uma crescente integração da agricultura com outros setores da economia, como o setor industrial e de serviços e, desde a década de 1980, nota-se a emergência das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas.

Segundo Silva (1997), isto levou membros das famílias rurais a exercerem outras atividades econômicas e não apenas as tradicionais atividades agrícolas. As famílias rurais passaram a ser pluriativas, por exercerem mais de uma atividade econômica. O surgimento de novas atividades no meio rural, sobretudo as não-agrícolas, e sua crescente importância na dinâmica econômica e do emprego destas regiões impede tratar o rural apenas pelo viés setorial da atividade agrícola. Há uma pluriatividade no meio rural.

A pluriatividade se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. São práticas que contemplam a atividade agrícola ligada a uma não-agrícola e estão relacionadas a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra (SCHNEIDER, 2003).

Para Silva (1997), as mudanças observadas no espaço rural brasileiro implicaram em uma nova conformação do rural, que, segundo o autor, pode ser também resumido em três grandes grupos de atividades: a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (SILVA, 1997, p. 170).

Portanto, conforme defende Abramoway (2010), as regiões rurais deixaram de ser vistas como espaço único para a produção agropecuária. Para Wanderley e Favareto (2014) o rural deve ser entendido como espaço de produção, como espaço privilegiado de relação com a natureza, como espaço de vida. "O rural é um lugar de produção e também um lugar de vida e de moradia" (WANDERLEY; FAVARETO, 2014, p. 415). [...] espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (WANDERLEY, 2000, p.70).

Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial; não pode ser encarada como etapa do desenvolvimento social a ser vencida pelo avanço do progresso e da urbanização. A agricultura, a indústria, o comércio são setores econômicos: a ruralidade é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas (ABRAMOVAY, 2001).

Ainda de acordo com Abramovay (2003, p. 13) a ruralidade pode ser entendida como: uma certa relação com a natureza (em que a biodiversidade e a paisagem material aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento; uma certa relação com as cidades (de onde vem parte crescente das rendas das populações rurais) e uma

certa relação dos habitantes entre si (que pode ser definida pela economia de proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam as relações diretas de interconhecimento): essas características oferecem perspectivas promissoras ao processo de desenvolvimento (Abramovay, 2003, p. 13). Ou seja, é preciso pensar o desenvolvimento rural não mais restrito ao desenvolvimento da agricultura e pecuária.

O desenvolvimento rural deve ser compreendido com uma visão ampla da diversidade do rural, considerando que este além de um espaço de produção é também espaço de vida e expressão cultural da população (FAVARETO, 2018). Conforme destaca (WANDERLEY; FAVARETO, 2014) a realidade rural deve ser concebida a partir de uma perspectiva mais ampla e associada às dinâmicas das cidades, devido ao caráter cada vez mais interdependente entre o rural e o urbano. O rural é mais amplo que o agrícola. Leva em conta outros elementos para além do econômico. Dessa forma, qualquer planejamento deve considerar as demais dimensões que compõem o mundo rural e equilibrar o estratégico e o participativo. Por fim, essa nova visão pensa que o rural não existe sem o urbano e vice-versa (FAVARETO, 2018).

Na mesma perspectiva, para Abramovay (2003), “o rural não é definido por oposição e sim nas suas relações com as cidades”. Favareto (2018) assevera que é preciso pensar o desenvolvimento tomando o rural e o urbano não como elementos estanques e em si mesmos, mas em termos de suas interdependências e com um conteúdo que vá além da visão simplesmente agrícola, pois há no meio rural uma demanda por ações que vão além do conteúdo associado à atividade ligada a terra no sentido estrito.

Observa-se no meio rural o aumento e diversificação das demandas por serviços públicos e de infraestrutura em âmbito social e econômico (educação contextualizada, segurança ante a expansão do crime organizado, saúde, água potável, saneamento, energia, banda larga, etc.). Portanto, compreender as interdependências entre o rural eo urbano, bem como outras dimensões, tais como a educação, saúde, infraestrutura urbana, moradia, logística, turismo, cidadania, cultura, justiça social e sustentabilidade, por exemplo, devem pautar as estratégias de desenvolvimento rural. Diante da multidimensionalidade do rural, contrapondo a visão restrita que o trata como espaço puramente agrícola, o debate sobre o desenvolvimento rural deve considerar não somente o enfoque setorial, mas sim o territorial, compreendido como o espaço de uso e que abarca as dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Para Abramovay (2001) é a dimensão territorial do desenvolvimento que deve ser considerada na discussão sobre desenvolvimento rural. Segundo o autor, a ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2001).

Torna-se, portanto, necessário eliminar as fronteiras entre o rural e o urbano, e pensar a partir de uma perspectiva territorial, com todas as possibilidades do território, que vão do turismo, infraestrutura, saúde, à educação, cultura e ao agrário. No entanto, Favareto (2018) ressalta que embora essa mudança de entendimento sobre o desenvolvimento rural seja substantiva, ela foi incompleta. Para o autor, ainda que o planejamento leve em conta a escala da dimensão territorial, mais participativo, a nível nacional, não se

criaram verdadeiros projetos de transformação territoriais de longo prazo e coordenados. Para Favareto (2018), segue ainda a visão setorial do rural focada na agricultura e em investimentos municipais, cuja superação pode ser pensada a partir da utilização das cidades de porte médio e da expansão das formas de conectividade física e virtual.

Outra questão importante para a discussão do desenvolvimento rural é sublinhada por Oliveira (2018), a qual evidencia que as estratégias de desenvolvimento rural também devem considerar que o campo expressa uma latência de conflitos no território marcado pelos interesses antagônicos entre os agentes hegemônicos do capital, o Estado, as organizações e os movimentos sociais de luta pela/na terra. Esse conceito parte do pressuposto que as condições históricas exercem papel de regulação da apropriação privada dos bens da natureza. Também destaca que nas discussões sobre o meio rural também é necessário distinguir as questões agrárias, que envolve assuntos referentes às estruturas agrárias, como propriedade da terra, e as formas de relação que se estabelecem, ou seja, como e de que forma se produz no campo, da questão agrícola, que está relacionada à produção, distribuição e comercialização dos produtos de origem agrícola.

Na Bahia, a adoção dos Território de Identidade como recorte regional de planejamento e a elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) evidenciam a compreensão de se tratar o rural para além das questões setoriais, em que pese a estrutura administrativa do Estado ainda ser organizada setorialmente. Observa-se um conjunto de ações e de atores institucionais atuando nas diversas dimensões do espaço rural baiano, que é bastante relevante em termos populacionais e territoriais.

Segundo o último censo demográfico, a Bahia ocupa a posição de estado mais rural do país. Na Bahia, considerando o conceito oficial do IBGE sobre o rural, são 3,9 milhões de habitantes vivendo na zona rural, 27,9% da população do Estado, quase o dobro do percentual de população rural do Brasil que é de 15,6% (29,2 milhões de habitantes).

Na Bahia, do total de estabelecimentos agropecuários, 77,78% são da agricultura familiar. No que se refere ao setor agropecuário, a Bahia possui uma forte, diversificada e consolidada atividade agropecuária, presente em todos os 27 Territórios de Identidade.

Grandes temas se destacam no meio rural baiano:

- Regularização fundiária e acesso à terra;
- Acesso a recursos hídricos;
- Baixa renda da população rural e a persistente condição de pobreza;
- Agroindústria ainda escassa;
- Problemas na infraestrutura de transporte;
- Dificuldade de acesso à banda larga;
- Capital social frágil;
- Agronegócio com uso pouco sustentável dos solos e dos mananciais hídricos, altamente concentrados e especializados e com baixa agregação de valor;
- Insegurança e aumento da violência na área rural;

- Políticas públicas ainda pouco integradas.

Portanto, além de avançar no enfoque territorial, que trate o rural na sua pluralidade, para o desenvolvimento rural, deve-se equalizar a relação oferta/demanda por serviços públicos básicos (saúde, educação, moradia, segurança, assist. social, justiça, água, saneamento básico, transporte), bem como, por serviços privados básicos (energia, telefonia, banda larga, serviços bancários), além de estimular o fomento a cultura, lazer, esportes e entretenimento.

As cidades de porte médio possuem papel importante em uma política de desenvolvimento territorial devido ao seu potencial para expansão de mercados para empresas privadas de micro, pequeno e médio porte, para expansão de mercado para profissionais liberais, autônomos e por conta própria e para o fomento à cultura local. Destaca-se também a necessidade de uma política de convivência com o Semiárido.

A convivência com o Semiárido trata de uma perspectiva orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania no campo e na cidade, por meio de iniciativas educacionais, sociais, econômicas, culturais, ambientais e tecnológicas, contextualizadas e adequadas à vida na região.

Segundo o professor Roberto Marinho Alves da Silva (2018) da UFRN, um conjunto de mudanças recentes nos padrões das políticas públicas no Semiárido fortaleceu a capacidade de resistência da população local e contribuiu para reduzir as expressões da calamidade social na região, em especial na última longa estiagem, que se iniciou em 2010-2011. Para o professor tal fato se deve a ampliação da capacidade de organização e mobilização política, crítica ao combate à seca e à modernização conservadora no Semiárido; a opções governamentais de investimentos em infraestrutura regional e expansão de políticas sociais; inovações nas políticas de segurança hídrica e alimentar e de produção apropriada ao Semiárido; e a mudança de concepção das políticas para a região, pautada na perspectiva inovadora da convivência com o Semiárido.

Outra questão importante para o desenvolvimento rural está associada aos efeitos das mudanças climáticas nos recursos hídricos e uso da terra, bem como, nas populações, em especial na região semiárida. Da mesma forma, a expansão do agronegócio e os conflitos agrários são temas que merecem atenção para pensar o desenvolvimento rural baiano.

Tem-se observado na América Latina um processo de mudança na pauta exportadora, na qual a região passou a aumentar relativamente a exportação de produtos agrícolas e minerais. A questão da reprimarização da pauta exportadora, coloca-se como consequência de um processo de reorganização da divisão regional do trabalho, em que o crescimento da Ásia, em especial da China, está na origem desta mudança.

Países como o Brasil tem sido palco da produção de alimentos voltados ao mercado externo e a expansão do agronegócio, associado a tal tendência, tende a aumentar a concentração fundiária, intensificando os conflitos agrários e, da mesma forma, tende a elevar a demanda por água pelos múltiplos usuários e aumentar os conflitos pelo acesso e uso da água. Para Rossi (2018), embora seja necessário que o Estado da Bahia seja recebedor de empreendimentos econômicos e com isso de divisas, isso não significa que as populações residentes nas regiões afetadas sejam prejudicadas com esses modelos.

Assim, é importante que a Bahia se posicione com autonomia para que a chegada de grupos de investimentos seja condicionada a manutenção e preservação desses das comunidades tradicionais e agricultores familiares, sem os recursos necessários para fazer frente ao poderio econômico.

Por isso, a regularização fundiária é importante para garantir a aos povos e comunidades tradicionais, bem como aos pequenos produtores o acesso à terra. Da mesma forma, garantir a universalização do acesso a água é fundamental. No que se refere a regularização fundiária a Bahia avançou com a Lei 12.910/2013, que tem como objetivo a regulamentação fundiária terras públicas estaduais, rurais e devolutas. Mas segundo Rossi (2018) é preciso avançar na criação do Plano Estadual de Reforma Agrária.

Deve-se considerar também que estão previstos para a Bahia um conjunto de investimentos em infraestrutura que tendem a impactar nas redes de cidades e no meio rural baiano. Projetos como a FIOL, o Porto Sul e o Sistema Viário-Oeste, a recuperação da Hidrovia do São Francisco e a restauração da malha rodoviária estadual (em especial, das rodovias federais as BR-242, BR- 116 e BR-101) buscam assegurar o desenvolvimento econômico, por meio da expansão e modernização da infraestrutura econômica estadual, através da criação de novos complexos logísticos, com articulação de modais de transporte e que proporcionam uma maior integração entre o litoral e o interior do Estado, mas que também deverá oferecer uma importante rota de escoamento para a produção da agropecuária, permitindo criar alternativas de interligação dos fluxos de mercadorias entre o interior do Brasil e outros países, atravésdo território baiano.

Tais investimentos podem estimular novos investimentos públicos e privados no interior, beneficiando áreas rurais, desde que haja condicionantes a estes investimentos a contrapartidas compensatórias.

De fato, observa-se no meio rural baiano a intensificação da modernização agrícola, com uso intensivo de adubos químico-sintéticos e pesticidas e a expansão da agricultura empresarial, além da ampliação dos investimentos na mineração e em fontes alternativos de geração de energia, em especial a eólica. Tal realidade naturalmente causa impactos ambientais, mas também sociais, afetando o modo de vida da população e o próprio mercado de trabalho, que passa a exigir maior qualificação profissional para novas tecnologias e contextualizada à dinâmica territorial.

Alternativa sustentável para geração de emprego e renda no meio rural e que também se coloca como vetor de desenvolvimento rural está associado a agroecologia. A despeito deste modelo historicamente receber uma parcela pequena dos investimentos públicos e privados, estabeleceu-se uma rede ampla de produtores ecológicos que se integram às paisagens, conservam o solo e os mananciais, se adaptam à seca e produzem comida.

Além disso, a sociedade civil organizada ampliou a pauta agroecológica no Brasil, seja nas políticas para a produção, na oferta de alimentos saudáveis para consumo ou nas compras públicas de alimentos orgânicos. São passos sólidos em direção ao necessário futuro de um novo modelo de produção de alimentos. A Bahia apresenta um grande potencial para produção de alimentos agroecológicos e a partir da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO. A agroecologia poderá ser uma solução importante para a inclusão produtiva das comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais e fundo de pasto.

Com assistência técnica adequada e políticas públicas de apoio produtivo pode-se gerar

o fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

No que se refere às políticas de atendimento à agricultura familiar, Favareto (2018) afirma que elas deveriam focar no modo de vida e nos indivíduos que compõem a região e não apenas no tipo de cultura plantada, pois o produto plantado pode mudar conforme a circunstância, mas as pessoas continuaram as mesmas. O autor assevera que a capacidade de geração de emprego e renda na agricultura é fundamental, mas limitada, daí a importância de tratar das novas formas de uso dos recursos naturais e pagamentos por serviços ambientais, que serão cada vez mais importantes, como vetor de desenvolvimento e inclusão social na área rural.

Carlos Enrique Guanzioli (2018), por seu turno, ressalta que há uma heterogeneidade do segmento agricultura familiar. O segmento mais pobre da agricultura familiar ainda trabalha meios de produção mais rudimentares, dispõem de pouca terra e de baixa fertilidade, possuem dificuldade de acesso à água, além do baixo nível educacional, ausência de assistência técnica, saúde precária e insegurança alimentar.

Por outro lado, há segmentos mais integrados as cadeias agroindustriais. Para Machado (2018), os agricultores familiares estariam divididos, a partir da conexão com as cadeias produtivas, entre os que estão total ou parcialmente integrados ao agronegócio e os agricultores familiares não integrados ou tangencialmente integrados ao agronegócio nacional e internacional e os que estão inseridos em cadeias de circuitos curtos, com motivação ou não por políticas públicas.

Diante desta heterogeneidade, Machado (2018) afirma que as políticas de desenvolvimento devem reconhecer esta realidade, atendendo as necessidades que cada grupo precisa, reforçando as características culturais envolvidas na atividade econômica e nas próprias relações sociais.

Para Guanzioli (2018), nos últimos anos criou-se um importante aparato de políticas agrárias, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos; o Programa Nacional de Alimentação Escolar; políticas de assistência e extensão rural, o crédito fundiário com a correspondente quitação das dívidas em várias regiões do país e crescimento da produção graças ao PRONAF. Entretanto para o mesmo, ainda existem carências em educação, qualificação e capacitação técnica, em infraestrutura logística e de armazenamento, problemas fundiários e há dispersão na utilização de formas mais modernas de produção e comercialização.

Favareto (2018) chama atenção para a importância dos gastos sociais para o desenvolvimento rural. Entretanto, ele ressalta que embora os gastos sociais tenham ajudado a reduzir desigualdades sociais e tirar milhões da pobreza, seu efeito não teve uma capacidade virtuosa de criar uma melhoria efetiva nas condições e o exemplo disso, é que com a capacidade distributiva do Estado em baixa, a fome e a pobreza voltaram a crescer. Isso fica mais patente em zonas rurais e pequenas cidades – dependentes de transferências federais. Nesse sentido, para Favareto (2018), não basta repetir ou ampliar os programas sociais da década passada. Para ele será preciso inovar, aproximando políticas sociais, produtivas e ambientais na direção de reestruturar e diversificar as economias das regiões interioranas, pois há um núcleo duro da pobreza que as políticas públicas não atingiram.

Assim, pensar o rural envolve considerá-lo enquanto uma totalidade, que envolve distintas dimensões econômicas, sociais e ambientais, que se transforma durante o processo histórico e que envolve um conjunto heterogêneo de atores sociais que da mesma forma possuem interesses distintos. Por isso, a importância da abordagem territorial na discussão rural, reconhecendo que cada território apresenta características naturais e sociais distintas, o que requer, da mesma forma, ações de políticas públicas também específicas para cada realidade territorial.

4. A CAR e seu papel no desenvolvimento rural da Bahia

A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) tem como foco o combate à pobreza, inclusão socioproductiva, qualidade de vida e sustentabilidade e sua missão é promover o desenvolvimento regional por meio da inclusão socioproductiva, contribuindo para o combate à pobreza.

A CAR vem se empenhando em todos os anos de existência, fortemente, no combate à pobreza em comunidades rurais, priorizando o fortalecimento da agricultura familiar, economia solidária, comercialização, territorialização, segurança hídrica, convivência com a seca, e o gerenciamento sustentável do meio ambiente.

A CAR tem apostado nas potencialidades regionais, incentivado associações e cooperativas que investem em atividades e produtos capazes de gerar efetivamente emprego e renda, e estimula o desenvolvimento de diversas cadeias produtivas, tais como a apicultura, caprinocultura, fruticultura, ovinocaprinocultura, a produção de chocolate e o beneficiamento de leite.

Para garantir o êxito de suas ações, a CAR vem mantendo um importante histórico de captação de recursos financeiros através de contratos de empréstimos com organismos internacionais, complementarmente, realizando parcerias com o Governo Federal, através de contratos de repasse, convênios e termos de cooperação, além de parcerias com secretarias estaduais, além de executar emendas parlamentares.

A experiência da CAR com organismos não governamentais é vasta, tendo sido evidenciada quando os agentes financiadores incorporaram ao Contrato de Financiamento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP, o segmento de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais – APCR, visando efetivar o planejamento de “baixo para cima”, conforme anunciava a filosofia do Programa e de outros. Assim, o PAPP chegou a trabalhar com cerca de 900 entidades como: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações de Pequenos Produtores, Cooperativas e outras, para implantar 3.178 projetos, pequenos negócios não agrícolas, agroindústrias, hortas comunitárias, atividades de comercialização, etc.

Mais recentemente a CAR desenvolveu a implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural da Bahia – PRODUZIR (1996) e do Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião (1998-2006). Em relação ao primeiro e com o apoio do BIRD, a CAR já financiou investimentos comunitários em 407 municípios, com a efetiva participação de 7.000 associações e 349 Conselhos Municipais. Quanto ao segundo e com o apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, a CAR trabalhou em 13 municípios do Sudoeste Baiano com ações diversificadas, envolvendo pequenos produtores rurais, grupos de mulheres, alunos de escolas Família Agrícola, entre outros.

Ainda no ano de 2006, um novo contrato foi assinado pela CAR com o FIDA, desta vez

para realizar o "Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais" nas áreas mais carentes do Estado da Bahia", que atua nas regiões Nordeste e Sudoeste, apoiando subprojetos de geração de renda e promovendo o desenvolvimento do capital social dessas pequenas comunidades rurais.

Ainda como parte do elenco de experiências, ressalta-se a operacionalização, pela CAR, do Programa Nacional de Crédito Fundiário e de Combate à Pobreza Rural, com recursos do Banco Mundial, cujo principal objetivo era viabilizar a aquisição de terra por trabalhadores rurais sem terra e minifundiaristas, bem como, promover o desenvolvimento sustentável nas áreas adquiridas. Entre 1997 e janeiro de 2006, o Projeto investiu, na Bahia, R\$ 32,2 milhões em aquisição de terra, promovendo o assentamento de 7.053 famílias, numa área total de 138 mil hectares. Durante o mesmo período, os investimentos em infraestrutura comunitária nesses assentamentos somaram R\$ 63 milhões, que permitiram a incorporação de moradia, abastecimento de água, energia elétrica, etc., e de ativos comunitários produtivos (animais melhorados, tratores agrícolas, pequenas unidades de beneficiamento agropecuário, etc.).

Outra experiência inusitada, por envolver dois Estados em um único contrato, foi o Projeto Mata Branca de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga nos Estados da Bahia e Ceará. Tratou-se uma doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) tendo o Banco Mundial como Agência interveniente. Sua execução estende-se de 2008 a 2012 e na Bahia atua nos municípios de Curaçá, Jeremoabo, Itatim e Contendas do Sincorá. O principal objetivo do Projeto foi contribuir para a preservação, conservação, uso e gestão sustentável da biodiversidade do Bioma Caatinga nos dois estados, estabelecendo um ciclo eficaz entre as práticas integradas de gestão do ecossistema e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

A gestão da CAR até o ano de 2022 encerrou, de modo satisfatório a execução de dois dos principais projetos implementados pela empresa nos últimos 07 anos: o Projeto Bahia Produtiva (com cofinanciamento do Banco Mundial) e o Projeto Pró-Semiárido (com cofinanciamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA). Diante dos resultados consideráveis, novos projetos deverão ser negociados com estes mesmos agentes financiadores.

Atualmente, considerando o período de 2015 a 2022, a CAR executou o Projeto Bahia Produtiva. O Bahia Produtiva é um projeto executado a partir de um acordo de empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), firmado em 3 de junho de 2014. O Projeto tem como objetivo financiar subprojetos de inclusão produtiva e acesso a mercados, socioambientais, de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de interesse das comunidades rurais da Bahia. O público prioritário são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas, comunidades de fundo e fecho de pasto, organizados em cooperativas e associações.

O Projeto apresenta três componentes:

Componente I - Inclusão Produtiva e Acesso aos Mercados: apresentam ações com o objetivo de aumentar a inclusão produtiva e o acesso aos mercados dos agricultores familiares e outras populações desfavorecidas nos diversos territórios de identidade do Estado da Bahia.

Componente II - Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento Domiciliar:

apresentam ações que visam melhorar as condições de saneamento e acesso aos serviços de abastecimento de água nas áreas onde houver recursos hidrológicos suficientes identificados e um modelo de gestão pré-estabelecido desses serviços por meio da Central de Associações para Manutenção de Sistema de Água (CENTRAL). Por uma estratégia de Governo, esse componente será executado pela Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento da Bahia (CERB), que apresenta expertise e ampla experiência na implantação de Sistemas de Água.

Componente III – Desenvolvimento Institucional, Assistência Técnica e Gestão de Projetos: apresentam ações de assistência técnica para subsidiar estudos e diagnósticos das cadeias produtivas, a capacitação da equipe técnica do projeto, das Organizações Produtivas e das Associações Comunitárias e o gerenciamento do projeto.

Em relação ao componente I, o Projeto Bahia Produtiva lançou 14 Editais de Chamada Pública, distribuídos em dois ciclos principais. O primeiro ciclo que teve início em 2015 até 2017, com a publicação de 08 Editais (Edital 01– de Subprojetos Socioambientais, 03 – Subprojetos da cadeia da Apicultura, 04 – Subprojetos da cadeia de Bovinocultura, 05 – Subprojetos da cadeia de Caprinovinocultura, 06 – Subprojetos da cadeia de Pesca, 07 – Subprojetos da cadeia de Mandiocultura, 08 – Subprojetos da cadeia das Oleaginosas, 09 – Subprojetos da cadeia de Fruticultura).

O segundo ciclo foi iniciado em 2018 com a publicação de 06 novos Editais (10 – Subprojetos de Alianças Produtivas, 11- Subprojetos Socioambientais para Comunidades Quilombolas e 12 – Subprojetos Socioambientais para Povos Indígenas, 13 – Qualificação de Agroindústrias, Edital 14 – Subprojetos Socioambientais para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e Edital Emergencial 15 - Subprojetos Socioambientais para Segurança Alimentar e Nutricional).

No ato do seu encerramento, como apresentado na Carta Anual da CAR, o Projeto Bahia Produtiva apresentou uma carteira com 1.207 subprojetos com Organizações Produtivas, incluindo os pilotos, distribuídos nos 27 Territórios de Identidade, beneficiando diretamente 40.671 famílias.

Apresentou como principais resultados:

- 143.104 beneficiários/as
- 47% mulheres como beneficiárias
- 1.147 cooperativas e associações receberam investimentos
- 21.103 famílias com assistência técnica regular e sistemática
- 03 Centrais de Água implantadas
- 175 sistemas de abastecimento de água implantados
- 30.039 ligações de água implantados e/ou recuperadas
- 2.544 módulos sanitários implantados

Visando dar continuidade a esta importante ação de apoio e fomento à produção, comercialização, segurança alimentar e nutricional e na melhoria da infraestrutura no campo, incluindo água e saneamento rural, considerando os resultados apresentados ao término da execução do projeto Bahia Produtiva, a CAR submeteu nova proposta de Acordo de Empréstimo entre o Governo do Estado e o Banco Mundial mediante a elaboração do Projeto Bahia Mais Produtiva, através da Resolução nº 048, de 25 de outubro de 2022, aprovada na 161ª Reunião da Comissão de Financiamentos Externos

(COFIEEX).

Para a renovação do projeto, está previsto o investimento total de US\$ 150 milhões para atender aos objetivos de: ▪ melhorar a infraestrutura, serviços e integração das organizações produtivas da Agricultura Familiar aos mercados ▪ Aumentar as receitas das organizações produtivas de agricultores familiares e outras populações do campo ▪ Ampliar o acesso aos serviços de água e saneamento básico das famílias beneficiárias ▪ Dotar agricultores familiares e suas organizações de maior capacidade de resiliência climática, através de assistência técnica, inovação e gestão de recursos.

Esta segunda versão e ampliação do Projeto Bahia Produtiva, terá como metas ▪ 30.000 beneficiários diretos ▪ 600 Organizações Produtivas da Agricultura Familiar beneficiárias ▪ 15.000 beneficiários diretos com Assistência Técnica e Extensão Rural ▪ 34.000 ligações de água implantadas/recuperadas ▪ 03 Centrais de Água implantadas ▪ 109.140 ligações de água.

Já o Projeto Pró-Semiárido, também finalizado no ano de 2023, foi resultado de um Acordo de empréstimo firmado entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, cuja execução esteve sob responsabilidade da CAR.

O Projeto, parte integrante da estratégia do Governo da Bahia de promover o desenvolvimento rural, notadamente na região semiárida, contribuiu decisivamente para a redução da pobreza rural de forma duradoura e sustentável. Considerando seu objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da produção, da geração de emprego e renda em atividades agropecuárias, não agropecuárias, agroindústrias, comercialização e o desenvolvimento do capital humano e social, nesse último ano de implementação, o Projeto alcançou resultados satisfatórios tanto de ponto de vista do alcance das metas, quanto da qualidade das ações realizadas.

Considerando que o Projeto Pró-Semiárido atravessou momentos adversos, como a seca mais aguda dos últimos 100 anos, mudanças das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a crise da COVID 19, concluir o Projeto com esses resultados evidencia o alto compromisso e empenho da CAR, da equipe de gestão do PSA, das entidades de ATC e do conjunto dos parceiros institucionais envolvidos.

Ao todo, foram investidos US\$ 95 milhões até o ano 2023, beneficiando 75.049 famílias de agricultores familiares, indígenas, pescadores, quilombolas e assentados da reforma agrária, distribuídos nos 32 municípios selecionados, através da geração de emprego, ampliação dos serviços de assistência técnica e capacitações no campo social, produtivo, ambiental e organizativo.

Além do Projeto Bahia Produtiva e do Pro-Semiárido, as ações do Programa Água Para Todos, dos Projetos Especiais e dos Projetos de Articulação e Integração de Políticas Públicas completaram o desenvolvimento de atividades da CAR em 2022.

A Coordenação Geral de Projetos Especiais (CPE) empregou, em ações de agroindustrialização, o montante de R\$ 26.751.943,84, atendendo a 15.066 famílias. Já o Programa Água para Todos investiu o total de R\$ 232.977.355,78, em ações de agroindustrialização, construção de barreiros, capacitações técnicas, implementação de cisternas de polietileno, construção de módulo sanitário domiciliar, limpeza de aguadas e construção de sistemas de abastecimento em mais de 30 mil ações desenvolvidas.

Operando com várias fontes de recursos, atendendo a normas diferenciadas de cada

uma, seja em termos de licitação, prestação de contas, acompanhamento físico e financeiro, a Empresa enriqueceu, também, sua vivência administrativa e financeira ao longo desse período de implantação de diversos Programas sob sua responsabilidade. Esse histórico de implementação de programas e projetos voltados para a promoção do desenvolvimento rural, em seus diversos espectros, garantem uma importante preponderância da CAR na estrutura do Governo do Estado para esta temática. A CAR está presente em todos os municípios do estado da Bahia, com obras, ações e investimentos. Ela se caracteriza como uma instituição pública, com significativa capilaridade, seja por sua experiência acumulada, seja pela presença física de sua equipe técnica.

5. Elementos do Plano de negócios

O Plano de negócios da CAR prevê mais que a continuidade das ações desenvolvidas ao longo das últimas décadas de funcionamento da Empresa. Este Plano requer a qualificação e ampliação dos programas, projetos e ações realizadas. Para tanto, é necessário ampliar o orçamento destinado a desenvolvimento das atividades, bem como, manter a estratégia de captação de recursos financeiros junto aos organismos internacionais, reforçando, assim a capacidade de intervenção da CAR na promoção do desenvolvimento rural na Bahia

Outra ação importante para o próximo ciclo de atuação da CAR pressupõe ampliar a articulação de suas ações junto aos outros órgãos que integram estrutura do Governo do Estado. Levando-se em consideração o aspecto multidimensional do desenvolvimento, torna-se inconcebível atuar somente no campo econômico e geração de renda, desarticulado de outras intervenções públicas que ampliem o acesso a infraestrutura básica e permitam melhoria da qualidade de vida, cidadania e direitos.

Do ponto de vista do aspecto de gestão, há que adotar novas ações que contribuam para o fortalecimento institucional da CAR, garantindo, assim, as condições necessárias para continuidade de sua gestão e desenvolvimento de seu importante papel para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Para o exercício de seus objetivos e dos elementos constantes no Plano de negócios, a CAR deve aprimorar sua estrutura administrativa, aperfeiçoando os mecanismos de descentralização através dos 27 (vinte e sete) Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF), garantindo, desta forma consolidar sua capacidade operacional e colocando-se ainda mais próxima ao beneficiário.

Buscando um contínuo aperfeiçoamento para o cumprimento eficiente de sua missão, a CAR já dispõe de um sistema informatizado, o Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios – SACC, totalmente descentralizado, no qual todos os SETAF estão interligados e que é alimentado pelos técnicos locais, permitindo um gerenciamento em tempo real das ações. Adicionalmente, a CAR dará continuidade ao processo de capacitação de seus quadros, buscando o aperfeiçoamento da sua prática, de forma a melhor atender a sua clientela.

Outros investimentos deverão ser intensificados nos próximos anos com relação a infraestrutura de veículos e equipamentos. A grande extensão territorial da Bahiarequer o uso contínuo de veículos com capacidade de enfrentar as dificuldades de deslocamento, com segurança.

Um outro ponto importante é a recomposição de sua equipe técnica. A CAR é uma empresa que conta com maioria do seu quadro técnico originário do momento de criação da Empresa, implicando em constantes desligamentos funcionais em virtude de aposentadoria. Esta situação requer, portanto, a recomposição imediata do quadro técnico qualificado.

Sendo assim, o Plano de negócios pressupõe o desenvolvimento, em alguma medida, de ações concretas da CAR com os seguintes objetivos:

- a) Apoiar técnica e financeiramente a reorganização fundiária visando a democratização dos espaços rurais, combatendo a concentração e especulação da terra e da produção, valorizando em especial os pequenos e médios produtores, os povos originários e as comunidades tradicionais;
- b) Apoiar a promoção de espaços rurais mais vibrantes e plurais com a oferta de serviços que considerem as especificidades dos territórios, as novas ruralidades e suas dinâmicas e sejam capazes de garantir a diversidade cultural, uma melhor qualidade de vida às populações rurais, um horizonte cativante à juventude, e o respeito à autonomia e dignidade das mulheres e dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- c) Estimular uma economia rural sustentável e dinâmica, impulsionando a desconcentração regional e a diversificação de segmentos, promovendo a integração de espaços rurais e urbanos e o encadeamento de atividades logisticamente integradas a mercados locais, regionais e globais;
- d) Ampliar os programas, projetos e ações que promovam a geração de ocupações, emprego e renda estimulando empreendimentos que valorizem formas de produção associativas e intensivas em trabalho, que contemplem o tradicional e o moderno, a grande e a pequena escala, que promovam a transição agroecológica e disseminem a convivência com o semiárido como estratégia de bem-estar e fonte de riqueza;
- e) Desenvolver ações que contribuam para elevar o patamar de produção agroindustrial estimulando a incorporação e difusão de tecnologias e formas de produção agroecológicas, sustentáveis e agregadoras de valor, dinamizando sua articulação interna e promovendo sua competitividade externa;
- f) Continuar o enfrentamento da pobreza e extrema pobreza rural promovendo políticas públicas de estímulo e suporte à produção, ao trabalho digno e ao crescimento econômico mediante assistência técnica e extensão rural abrangente e permanente, políticas de crédito e seguro produtivo e capacitação em empreendedorismo tendo a inclusão produtiva como sentido irrecorrível das políticas de desenvolvimento.

Como grandes objetivos de médio prazo, estrategicamente, a CAR deve manter e ampliar as ações voltadas para promover o desenvolvimento rural sustentável do estado da Bahia com o fortalecimento da agricultura familiar e demais economias familiares, fundamentado nos princípios da agroecologia, segurança alimentar, segurança hídrica, infraestrutura social e produtiva e inserção no mercado.

De forma mais específica a CAR deverá ampliar a captação de recursos e a garantia de orçamento do governo do estado, visando ampliar as seguintes ações:

- a) Promover o aumento da produção, produtividade e competitividade dos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas e empreendedores da chamada economia invisível excluídos do mundo laboral tradicional, com investimentos e apoio da assistência técnica, para garantir a segurança alimentar e ampliar a oportunidade de trabalho e renda;
- b) Estimular o beneficiamento e transformação da produção com agregação de valor aos produtos e inserção produtiva visando melhorar as condições de vida dos beneficiários;
- c) Disseminar orientações técnicas de uso da terra (solo, água), bens produtivos e serviços diversos, baseadas nos princípios da agroecologia, preservação, conservação e recuperação ambiental;
- d) Assegurar investimentos em infraestrutura básica para as comunidades mais pobres do estado;
- e) Contribuir para a universalização do direito do uso da água de boa qualidade destinada ao consumo humano e sistemas de água voltados para a produção;
- f) Promover a articulação de ações entre cadeias produtivas organizadas, agências públicas afins e o mercado, visando minimizar os pontos de estrangulamento da comercialização da produção;
- g) Fortalecer a participação qualificada e o controle social dos investimentos públicos dirigidos aos beneficiários e suas organizações na definição das ações e na implementação do desenvolvimento sustentável dos Territórios de Identidade;
- h) Estimular as relações de complementaridade entre os programas, projetos e ações governamentais para criar sinergia e evitar superposição de ações;
- i) Intensificar os esforços para o fortalecimento do capital social nas comunidades mais pobres.

A CAR deverá ampliar a articulação com os demais organismos governamentais e não governamentais, tendo como guia orientador os Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), tendo como base as cadeias produtivas que se sobressaem nos Territórios de Identidade da Bahia. Esses planos contemplam, entre outros aspectos importantes, i) a promoção da participação de mulheres e jovens nos empreendimentos; ii) implementação de subprojetos de recuperação, valorização, manejo e exploração sustentável de bens ambientais; iii) Valorização e estimulação das práticas e experiências agroecológicas como modelos de produção sustentável; iv) Inserção, de maneira integrada, dos elementos referentes à sustentabilidade ambiental, tais como licenças, recuperação de áreas degradadas, medidas mitigadoras, previsão de impacto ambiental, medidas compensatórias; vi) Mobilização de recursos financeiros adicionais dos setores públicos e privados.

Como forma de preparar social e tecnicamente os/as beneficiários/as, especialmente jovens e mulheres, buscando fortalecer as identidades locais objetivando uma atuação empreendedora e ambiental, poderá ser estimulada a construção de centros de produção e aprendizagem, orientada às atividades produtivas, culturais e ambientais na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável.

Um aspecto importante é o fortalecimento das ações que visam melhorar o padrão da

pluriatividade da agricultura familiar e outras economias pouco dinâmicas no Estado da Bahia, inclusive as atividades não agrícolas, buscando qualificar, organizar e verticalizar a produção, orientando-a as diversas atividades laborais que se apresentam, de forma a proporcionar melhores níveis de renda e bem-estar para as famílias beneficiárias.

Nessa perspectiva, as ações deverão contribuir para agregação de valor aos produtos, através da verticalização da produção agrícola nas principais cadeias produtivas e apoiar à comercialização dos produtos. Para esse fim, complementarmente, deverão se ampliar a qualificação da legislação sanitária e tributária; verticalização da produção de agricultores nas principais cadeias produtivas; e, implantação do Sistema Estadual de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (SECAFES).

Ainda caberá a CAR a continuidade de execução de investimentos em infraestrutura necessários à melhoria dos padrões de qualidade de vida da população beneficiária, contribuindo para o desenvolvimento, através da implementação ações de acesso à água para fins produtivos e consumo humano, com ênfase em saneamento rural, apoio a melhoria da trafegabilidade e logística de apoio, gerando impactos sociais e ambientais positivos e desenvolvimento da gestão dos sistemas de saneamento rural.

De modo que, para o ano de 2024, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) dará continuidade as ações de sua finalidade, além de renovar financiamentos internacionais através dos Projetos que Alimenta e Produz e Parceiros da Mata, bem como apoiará os demais órgãos estaduais nas ações de desenvolvimento sócio econômico e ambiental das famílias de agricultores do estado da Bahia.

Neste aspecto, ressalta-se as iniciativas de apoio da CAR no combate à fome no meio rural, desde o ano de 2023, com medidas em comum com o Programa Estadual Bahia sem Fome, tais como editais de fomento a cozinhas comunitárias e campanhas de oferta de alimentos.

Além disso, o Programa Água para Todos, em parceria com o Projeto Pro semiárido, foi responsável pela elaboração do projeto Sertão Vivo, o qual foi submetido ao edital de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, logrando êxito com louvor e garantindo um montante de R\$ 299.054.321,92 para investimentos em ações de redução dos impactos da mudança climática e aumento da resiliência da população afetada no Semiárido.

Por fim, para os próximos anos a CAR deverá manter a prioridade de apoio às principais cadeias de valor da agricultura familiar no Estado da Bahia, entendidas como um conjunto de agentes econômicos que interagem para ofertar cada um dos produtos aos consumidores. Estas ações deverão estar, também, voltadas para fortalecer Arranjos Produtivos, vinculado a cada cadeia produtiva selecionada de modo a melhorar a infraestrutura produtiva em cada município assistido.

6. Orientações Estratégicas e atuação da CAR

6.1. Contextualização

O projeto de lei nº 25.042/2023, o Plano Plurianual Participativo (PPA-P) 2024-2027 traz as diretrizes, objetivos e metas da administração pública baiana, sintetizando as demandas construídas de forma participativa, com ampla participação de representantes da sociedade civil organizada, instituições públicas, movimentos sociais, dentre outros atores envolvidos no processo de escuta social realizado através de plenárias nos 27 Territórios de Identidade.

A visão de futuro para o Estado da Bahia está delineada no Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia . Este planejamento estratégico de longo prazo traça macro objetivos dos treze Eixos Estratégicos até , estruturando as bases estratégicas necessárias para a construção dos Programas e Compromissos do PPA e mantendo o alinhamento entre os instrumentos de longo e médio prazos.

O PPA-P 2024-2027 compreende um período de grandes variações sociais, econômicas e políticas no cenário brasileiro. As perspectivas para os próximos anos estão condicionadas à retomada do crescimento da atividade econômica e à continuidade e ampliação dos investimentos públicos materializadas em parcerias públicas, em especial atenção para com o o Ministério de Desenvolvimento Agrário com ações importantes para a promoção da regularização fundiária e ambiental, tal como o Projeto Quilombo Legal.

Outras parcerias que já demonstraram sucesso na sua aplicação para o desenvolvimento das comunidades rurais serão renovadas tais como os financiamentos internacionais para fomentar projetos e programas de dinamização produtiva, a citar o Projeto Parceiros da Mata e Bahia que Produz e Alimenta, que estão alicerçados em investimentos oriundos de financiamento junto a bancos internacionais.

O planejamento das ações do Governo da Bahia para os próximos anos, portanto, consolida-se na perspectiva de compatibilizar crescimento econômico com o fortalecimento das políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade de vida da população baiana. Sob essa linha se faz necessário a coordenação e a integração de políticas públicas de forma organizada e estratégica.

Nesse sentido, as ações a serem desenvolvidas pela CAR no futuro próximo deverão estar de forma coerente, observando aqueles recursos do PPA-P 2024-2027 e demais PPA, orçamento fiscal e de fundos próprios, evitando a sobreposição de ações e recursos ou a implementação de iniciativas isoladas e desconectadas das principais estratégias e prioridades identificadas.

Em que pese o desenvolvimento rural no estado, o Governo da Bahia irá gerenciar e implementar nos próximos anos inúmeras ações correlatas e complementares, integrando e coordenando suas ações e investimentos com os principais projetos, programas e políticas públicas buscando sinergia e complementariedade, de forma a otimizar os efeitos previstos nas ações desenvolvidas pela CAR.

6.1. O Plano de negócios da CAR- 2024

Considerando o desenvolvimento das ações da CAR, em relação ao Plano Plurianual do governo da Bahia 2024~2027, o plano de negócios da empresa está em consonância com o eixo Desenvolvimento Rural, executado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, onde suas ações estão estruturadas considerando os programas delineados no PPA.

Deste modo, o Plano de Negócios da CAR, para o ano de 2024, está estruturado em 5 eixos abaixo apresentados:

Eixo 1: Gestão Ambiental e Resiliência Climática

Eixo 1	Programa no PPA	Programa/Projeto/Ação	Descrição
Gestão Ambiental e Resiliência Climática	Programa Meio Ambiente e Mudança do Clima	Projetos Especiais	Distribuição de Palmas
			Sistema solar de eletrificação de agroindústria
		Articulação e Integração de Políticas Públicas	Emissão de CEFIR Fundo e Fecho de Pasto
			Emissão de CEFIR Assentamento Rurais
			Emissão de CEFIR Quilombola
		Parceiros da Mata	Instalação de sistemas de tratamento e reuso de águas cinzas e resíduos totais e de módulos sanitários domiciliares
			Iniciativas experimentais de manejo de resíduos sólidos no meio rural
			Fogões ecoeficientes
			Biodigestores
			Sistemas fotovoltaicos e eólicos
			Conservação e recuperação de APPs (matas ciliares, nascentes, topos de morro, encostas íngremes) e Reservas Legais
			Proteção de remanescentes florestais
			Iniciativas de educação ambiental
			Regularização fundiária e ambiental
			Apoio aos processos de reconhecimento e certificação de comunidades e povos tradicionais
		Bahia que Produz e Alimenta	Fortalecimento dos Serviços de defesa / sanidade agropecuária (SUASA, etc)
			Sistemas Agroflorestais (SAFs)
			Tecnologias e/ou práticas de gestão ambiental implantadas em organizações produtivas
			Tecnologias e/ou práticas que aumentam a resiliência climática implantadas em organizações produtivas

Eixo 2: ATER Especializada

Eixo	Programa no PPA	Programa/Projeto/Ação	Descrição
<p style="text-align: center;">ATER Especializada</p>	<p style="text-align: center;">Programa Cultive Conhecimento: Assitência Técnica e Extensão Rural para o Sucesso no Campo</p>	<p style="text-align: center;">Articulação e Integração de Políticas Públicas</p>	<p>Peças Técnicas para Titulação AF e comunidades quilombolas</p>
		<p style="text-align: center;">Parceiros da Mata</p>	<p>Assessoria técnica e apoio de acesso à crédito para famílias, comunidades e organizações rurais</p>
		<p style="text-align: center;">Bahia que Produz e Alimenta</p>	<p>Inovação e Assistência Técnica e Extensão Rural</p>

Eixo 3: Água e Infraestrutura Rural

Eixo	Programa no PPA	Programa/Projeto /Ação	Descrição
Água e Infraestrutura Rural	Programa Universalização do Saneamento Básico	Água para Todos	Análises de água nos Sistemas de Dessalinização do Programa Água Doce
			Implementação de infraestrutura hídrica: Aguada - Limpeza e Requalificação, Barreiros e/ou Pequenas Barragens (construção ou recuperação), Passagem Molhada/ Cisterna 16 mil/l, Cisterna Calçada / Barreiro Trincheira
			Serviços de ATER no Programa Água Doce, 1° e 2° água
			Centrais das Águas
		Projetos Especiais	PROMER (PREFEITURA) - Preparo do Solo
			Implantação de Barragem/Reformas
			Implantação de Passagem Molhada
			Implantação de Sistema simplificado de abastecimento de água
			Implantação de Sanitário Residencial
		Articulação e Integração de Políticas Públicas	PROMER (CONSÓRCIO)- Limpeza e requalificação de Aguadas
			Construção de unidades habitacionais- Habitação Rural
		Parceiros da Mata	Cisternas (domiciliares, de produção)
			Barragens subterrâneas
			Pequenas barragens e de outras fontes d'água (poços, etc.)
			Implantação de sistemas simplificados de abastecimento d'água (de gestão comunitária) e de outros sistemas de abastecimento
			Manutenção e melhoria de estradas rurais (vicinais)
			Passagens molhadas, pequenas pontes
		Programa Bahia que Alimenta e Produz	Ampliação da conectividade rural
			Implantar e/ou recuperar novas ligações de água nas unidades familiares.
			Implantar sistemas de água e saneamento em municípios com gestão por centrais
			Implantar usinas de geração de energia
Elaborar Plano Estratégico para implementação da Política de Saneamento Rural Capacitar pessoas para o gerenciamento dos sistemas de água implantados e/ou recuperados			
Produz que Alimenta e Produz	Implantação de ligações de água domiciliares		
	Recuperação de ligações de água domiciliares		
	Centrais de Água implantadas		

Eixo 4: Agroindústria e Comercialização

Eixo	Programa no PPA	Programa/Projeto/Ação	Descrição
<p>Agroindústria e Comercialização</p>	<p>Programa Campo Sustentável: Cultivando a Vida e o Futuro/ Programa Direito e Inclusão Socioprodutiva das Mulheres/Programa Bahia Indígena</p>	<p>Projetos Especiais</p>	Implantação de centros de comercialização de animais
			Apoio financeiro para às diversas Cadeias produtivas (Kits Produtivos)
			Reforma de mercados municipais
			Kit de sonorização para centros de comercialização
			implantação de agroindústria
			Requalificação e/ou Reforma de agroindústria
			Kit de apicultura (beneficiamento)
			Fomentar eventos de integração e acesso aos produtos da Agricultura Familiar e empreendimentos da Economia Solidária; Certificação de Agroindústrias pelo SIM
		<p>Articulação e Integração de Políticas Públicas</p>	<p>Cozinhas Comunitárias e Fábricas Escolas/ Apoio à atividades para mulheres</p>
		<p>Parceiros da Mata</p>	<p>Projetos produtivos de beneficiamento de produtos da Agricultura Familiar</p>
			<p>Fortalecimento dos processos de comercialização</p>
			<p>Criação/fortalecimento de Sistemas Part. de Garantia (SPG) (certificação org.)</p>
		<p>Bahia que Alimenta e Produz</p>	<p>Dinamização Econômica, Melhoria da Produção, Gestão e Organização para Mercados</p>

Eixo 5: Segurança Alimentar e Nutricional

Eixo	Programa no PPA	Programa/Projeto/Ação	Descrição
<p>Segurança Alimentar e Nutricional e Inclusão Produtiva</p>	<p>Programa Segurança Alimentar Nutricional com Justiça Social</p>	<p>Projetos Especiais</p>	<p>Implantação de projeto de produção agro-ecológica integrada (PAIS)</p>
			<p>Apoio financeiro à projeto de hortas comunitárias (Periurbana)</p>
		<p>Articulação e Integração de Políticas Públicas</p>	<p>Apoio as atividades em Comunidades Tradicionais, EFAS, CETEPS e Mulheres. / implantação de Sistema PAIS e Laboratórios nas EFAS</p>
			<p>Dinamização Produtiva de Assentamentos Rurais/ Apoio a cadeias produtivas</p>
		<p>Parceiros da Mata</p>	<p>Quintais biodiversos</p>
			<p>Culturas alimentares sustentáveis</p>
			<p>Sementes crioulas</p>
			<p>Apoio à pesca artesanal e mariscagem</p>
		<p>Bahia que Produz e Alimenta</p>	<p>Dinamização Econômica, Melhoria da Produção, Gestão e Organização para Mercados</p>